

I Fórum Regional de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes – Região Nordeste

Carta de Fortaleza

Nos dias 26 e 27 de março de 2026, na cidade de Fortaleza - CE, realizou-se o I Fórum Regional Nordeste de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes. O evento contou com a participação de 222 pessoas, incluindo profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), da Assistência Social, da Educação, da Socioeducação, da Justiça, gestores de diferentes setores governamentais, bem como adolescentes usuários da RAPS, adolescentes em medidas socioeducativas, adolescentes dos NUCAS/Unicef, representantes de movimentos sociais e demais atores implicados na temática da saúde mental nas infâncias e adolescências. Estiveram representados todos os estados da Região Nordeste.

O Fórum teve como tema central “O protagonismo de crianças e adolescentes na construção da Política Nacional de Saúde Mental”, reafirmando como objetivo principal a ampliação da participação ativa de crianças, adolescentes e jovens nos processos de discussão, formulação e fortalecimento das políticas públicas de saúde mental a eles destinadas.

As atividades foram organizadas a partir dos seguintes eixos temáticos:

- 1) Interfaces da Política da Pessoa com Deficiência e a Saúde Mental
- 2) Necessidades decorrentes do uso de álcool e drogas nas infâncias e adolescências - incluindo uso de telas, jogos e apostas
- 3) Equidade em saúde mental para crianças e adolescentes - gênero, raça e etnia
- 4) Trabalho intersetorial e corresponsabilização no cuidado
- 5) Violências nas infâncias e adolescências

Esta Carta tem por finalidade contribuir para a construção e o fortalecimento das políticas intersetoriais na Região Nordeste, bem como sistematizar e encaminhar as contribuições regionais ao Fórum Nacional de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes, visando subsidiar a formulação de ações concretas em âmbito nacional, respeitando as especificidades territoriais e os desafios próprios de cada região.

Reafirma-se ainda a importância da democracia, da soberania nacional, da participação social, da pesquisa, da ciência e do Sistema Único de Saúde (SUS), como eixo central de articulação e garantia do cuidado, como pilares na construção de políticas públicas e para o avanço da saúde mental para as infâncias e as adolescências.

Com base nos debates, reflexões e deliberações realizadas ao longo dos dois dias de trabalho, o I Fórum Regional de Saúde Mental de Crianças e Adolescentes – Região Nordeste declara o seguinte quanto ao:

I – Eixo 1: Interfaces da Política da Pessoa com Deficiência e a Saúde Mental

Considerando a pouca articulação das redes inter e intrasetoriais das políticas de saúde mental e da pessoa com deficiência.

Considerando os desafios do cuidado em saúde mental em todos os pontos da RAPS, incluindo a atenção básica e a rede de urgência e emergência.

Considerando a lógica do acesso a direitos baseados em diagnósticos, que estimulam barreiras de acesso aos serviços.

Considerando as fragilidades de formação dos profissionais que atuam com crianças e adolescentes de todos os setores, incluindo o sistema de justiça.

Considerando a dificuldade da gestão no alinhamento e entendimento do fluxo de atenção e diretrizes do cuidado.

O Fórum:

- Sugere construir uma agenda continuada, para realização de fóruns e grupos de trabalho compartilhados, de forma paritária entre gestores das políticas de saúde mental e da pessoa com deficiência, nas esferas municipais, estaduais, nacional, incluindo os diversos setores (Assistência Social, Cultura, Educação, Esporte, órgãos de justiça, etc) e garantindo a participação da sociedade civil.
- Recomenda a realização de diagnóstico de território pela atenção primária acerca das necessidades de saúde mental e das pessoas com deficiência, estimulando o alinhamento dos planos de execução entre as políticas e fortalecendo o matriciamento compartilhado entre as redes.
- Sugere a elaboração de norma técnica nacional das políticas de saúde, educação e demais políticas de direito, que regulamente a educação inclusiva e o acesso a direitos em contraposição a lógica medicalizante.
- Sugere formações específicas para os profissionais que atuam com crianças e adolescentes de todos os setores, incluindo o sistema de justiça.
- Aconselha o alinhamento da gestão e governança das políticas de saúde mental e da pessoa com deficiência nas três esferas de governo.

II – Eixo 2: Necessidades decorrentes do uso de álcool e drogas nas infâncias e adolescências - incluindo uso de telas, jogos e apostas

Considerando a dificuldade de acesso das crianças e dos adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas aos serviços de saúde, em especial aos serviços da atenção psicossocial;

Observando a dificuldade na articulação e no trabalho em rede quando envolve crianças e adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas;

Reconhecendo as superlotações dos Caps, a ambulatorização dos equipamentos e as mudanças epidemiológicas das crianças e adolescentes que chegam a estes serviços, com o

aumento significativo de diagnósticos de neurodivergências, além do aumento do acesso a partir de judicializações, tendo como efeito o prejuízo no acompanhamento das crianças e dos adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas;

Considerando os desafios enfrentados pela Atenção Primária em Saúde no acompanhamento dos casos de saúde mental de crianças e adolescentes, especialmente daqueles que fazem uso de álcool e outras drogas;

Observando a fragilidade na formação da rede intersetorial e na formação de agentes mobilizadores;

O Fórum:

- Recomenda que os serviços da atenção psicossocial potencializem o trabalho na perspectiva territorial, entendendo que a saúde mental necessita de arte, cultura, lazer e esportes. Além disso, urge a adequação dos serviços para o acesso das crianças e adolescentes, fortalecendo o protagonismo, a autonomia e a participação desses atores na produção do cuidado. É necessário que os Caps rompam barreiras, saiam de si mesmo e utilizem os recursos e as potências que já existem nos territórios. É fundamental que os adultos falem sobre drogas com os adolescentes, sem moralismos ou proibicionismo, facilitando o acesso à informação.
- Sugere a promoção de diálogo e articulação da rede, com o aumento da presença e da participação das crianças e dos adolescentes nesses espaços. É fundamental o matriciamento intersetorial e o fortalecimento da saúde mental nas Escolas, nas equipes Emultis e na rede socioassistencial.
- Recomenda a ampliação da diversidade de equipamentos nos municípios e garantia da promoção de saúde mental nos equipamentos da intersetorialidade, em especial na Escola e na rede socioassistencial. Além disso, é fundamental a criação de indicadores de promoção de saúde mental na Educação e na Assistência.
- Recomenda a ampliação da diversidade de equipamentos nos municípios e garantia da promoção de saúde mental nos equipamentos da intersetorialidade, em especial na Escola e na rede socioassistencial. Além disso, é fundamental a criação de indicadores de promoção de saúde mental na Educação e na Assistência.
- Indica a urgência da criação de indicadores de saúde mental na atenção básica
- Recomenda o fortalecimento da educação permanente, fortalecimento do protagonismo juvenil, formação de jovens a partir das metodologias entre pares e criação de bolsas de incentivos para mobilizadores sociais.

III – Eixo 3: Equidade em saúde mental para crianças e adolescentes - gênero, raça e etnia

Considerando o adultocentrismo e o etarismo, a dificuldade das crianças e dos adolescentes conseguirem espaços de fala, serem ouvidos e respeitados nos seus lugares de saberes e afetos, além de legitimadas as suas falas;

Considerando o racismo e os diversos tipos de preconceito, o não atendimento das necessidades específicas das crianças e dos adolescentes de acordo com as particularidades dos territórios e das culturas;

Reconhecendo o mito da meritocracia, a importância do Estado no fortalecimento das políticas públicas para crianças e adolescentes, garantindo os devidos financiamentos e ofertas específicas para equiparar as condições materiais e subjetivas de ser no mundo;

Reconhecendo que o preconceito e as violências contra crianças e adolescentes começam desde o primeiro contato com os profissionais de saúde e demais agentes públicos, a necessidade de ofertas de educação permanente (com metodologias ativas) que permitam o letramento e a qualificação sobre equidade em saúde para o cuidado a esse público;

Considerando o racismo, machismo, misoginia, lgbtfobia, violências de gênero, classicismo, capacitismo, a necessidade de garantia do direito das crianças e adolescentes de existirem e acessarem os serviços sem violências e violações;

O Fórum:

- Recomenda que as crianças e os adolescentes possam participar da construção da metodologia dos fóruns, para que efetivamente tenham espaço e participação ativa nos eventos de deliberação, que devem sair do eixo das capitais e serem interiorizados para contemplar as diversas realidades nos territórios e fortalecimento dos espaços ditos periféricos.
- Recomenda a criação e o fortalecimento de iniciativas públicas para crianças e adolescentes que permitam a capacitação de jovens e a inserção no mercado de trabalho, arte e cultura, e em específico a preparação para inserção no ensino superior, com vagas reservadas para jovens negros, LGBTQIAPN+, quilombolas, e demais minorias políticas.
- Recomenda o fortalecimento das políticas públicas de crianças e adolescentes, para as populações mais vulnerabilizadas (pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, povos de terreiro, populações ribeirinhas, etc), garantindo os seus devidos financiamentos, voltados para a atenção psicossocial.
- Recomenda a garantia de ofertas de educação permanente (EP) para os profissionais da rede, com metodologias ativas, através dos núcleos municipais de EP, que permitam o letramento e a qualificação de equidade em saúde dos profissionais para o cuidado às populações mais vulnerabilizadas (pessoas negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAPN+, povos de terreiro, populações ribeirinhas, etc).
- Recomenda a garantia de acesso aos serviços, de forma segura e qualificada, sem violências e violações, e portanto, a necessidade de construção, efetivação e monitoramento de protocolos e documentos técnicos inclusivos, considerando o

racismo, machismo, misoginia, lgbtphobia, violências de gênero, classicismo, capacitismo, dentre outras violências que as crianças e adolescentes sofrem.

IV - Eixo 4: Trabalho intersetorial e corresponsabilização no cuidado

Considerando as fragilidades nos espaços de diálogos oficialmente instituídos;

Considerando a precarização dos vínculos trabalhistas;

Considerando o pouco investimento em Educação Permanente para fomento do protagonismo de crianças, adolescentes e responsáveis;

Considerando a ausência de diagnóstico situacional para o investimento no financiamento e ampliação para as redes intersetoriais;

Considerando poucos espaços instituídos para o protagonismo de crianças e adolescentes.

O Fórum:

- Recomenda que os municípios instituem comitê intersetorial com agenda quinzenal típica dos profissionais, através de Portaria, com objetivo de construir fluxos e protocolos institucionais para possibilitar o cuidado compartilhado.
- Urge com a realização de concurso público a partir do diagnóstico situacional da demanda dos setores relacionados ao público das infâncias e adolescências, objetivando a longitudinalidade do cuidado.
- Recomenda instituir programas de fomento à participação de adolescentes como articuladores territoriais para o cuidado compartilhado em saúde mental.
- Recomenda instituir política pública para o fortalecimento de educação permanente dos profissionais da rede intersetorial, pautada nos direitos humanos, enfatizando o protagonismo de crianças e adolescentes
- Indica realizar diagnóstico situacional para o investimento no financiamento e ampliação para as redes intersetoriais
- Indica a construção de políticas públicas direcionadas às demandas das violências autoinflingidas para os ciclos de vida de crianças e adolescentes.
- Recomenda o fortalecimento do cuidado de crianças e adolescentes na rede de urgência e emergência e nos leitos de Hospitais Gerais, com foco na corresponsabilização do trabalho.

V - Eixo 5: Violências nas infâncias e adolescências

Considerando a fragilidade de uma linha de cuidado para crianças e adolescentes que estão institucionalizadas ou em pós-medida das medidas socioeducativas (MSE) e vítimas da violência armada;

Observando a fragilidade na articulação da RAPS com o sistema de garantia de direitos;

Considerando a falta de reconhecimento do racismo, questões de gênero e sexualidade como determinantes da saúde para a construção do cuidado no contexto da violência;

Reconhecendo o não acesso às informações sobre os tipos de violência entre crianças e adolescentes (Desconhecimento do ECA e do sistema de garantia de direitos);

Observando a ausência de educação permanente para os profissionais da RAPS acerca de como acolher e trabalhar de modo intersetorial nos casos de violências contra crianças e adolescentes;

O Fórum:

- Recomenda para todas as considerações a participação de crianças e adolescentes que representem as diversidades das infâncias e das adolescências (por exemplo, racial, de gênero, de território, pessoas com deficiência, de contextos institucionais etc).
- Urge a implementação e o fortalecimento das políticas públicas de natureza intersetorial e a criação de uma linha de cuidado para crianças e adolescentes que estão institucionalizadas, em pós-medida das MSE e vítimas da violência armada com a participação de crianças e adolescentes, bem como um Conselho Intersetorial para criar propostas e fazer o controle social referentes aos adolescentes que se encontram em cumprimento de MSE, garantindo a participação dos adolescentes que se encontram em cumprimento de MSE no Conselho.
- Recomenda a criação de comitês intersetoriais para o estabelecimento de fluxos entre a Rede de Atenção Psicossocial e o sistema de garantia de direitos com a participação de crianças e adolescentes.
- Sugere ações de combate ao racismo e outras formas de discriminação, garantindo a representatividade de pessoas com diferentes pertencimentos étnico-raciais, idade, identidade de gênero, orientação sexual, pessoas com deficiências em espaços de deliberação sobre a política de saúde mental de crianças e adolescentes.
- Recomenda o fortalecimento do acesso às informações sobre os tipos de violência, sobre o ECA e o Sistema de Garantia de Direitos para crianças, adolescentes e seus responsáveis nos espaços comunitários/ institucionais em uma linguagem acessível.
- Sugere ações de educação permanente para os profissionais da RAPS acerca do acolhimento e do trabalho intersetorial nos casos de violências contra crianças e adolescentes. Destacamos a necessidade do letramento racial, do letramento nas questões de gênero e do letramento relativo ao capacitismo.

Legenda:

NUCA - Núcleo de Cidadania dos Adolescentes

CAJU - Casa da Juventude Cearense